

ATA Nº 12/2025 DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DO TIMBOPREV.

Aos onze dias do mês de dezembro de dois mil e vinte e cinco, às oito horas e trinta minutos, no auditório da Prefeitura de Timbó, reuniram-se os membros do Conselho de Administração: A Sra. Chantelli Thayna Ritter Izeppi, a Sra. Graciela Ines Uber Gomes, a Sra. Giani Zaira Seidel, o Sr. Alan Evaristo Mengarda, o Sr. Romero Espindola e Silva e a Diretora Presidente do TIMBÓPREV a Sra. Carmelinde Brandt. O Presidente do Conselho, o Sr. Romero, deu abertura da reunião cumprimentando a todos, iniciando a pauta da reunião ordinária do mês de dezembro, que tem como objetivo principal a deliberação e aprovação da Política de Investimentos, informando ainda que, devido a data, os relatórios mensais e outros documentos estão sendo finalizados e também devido a uma pauta muito extensa no mês de dezembro, ficou agendada uma segunda reunião para o dia 19/12/2025 para apreciar e deliberar sobre relatórios e demais assuntos, e passou a palavra para a Sra. Carmelinde. **1) Política de Investimentos de 2026:** A Sra. Carmelinde cumprimentou a todos e iniciou informando a todos que a minuta da Política de Investimentos já foi apresentada a todos os membros pela Consultoria Financeira e depois disso foi finalizada e aprovada pelo Comitê de Investimentos, sendo enviada a todos os membros previamente; que deve ser apreciada pelo Conselho de Administração para encaminhamento ao Ministério da Previdência Social ainda no mês de dezembro; e que na apresentação abordará os principais tópicos. Posto isso passou a apresentação da Política de Investimentos, especialmente os seguintes itens: A Política de Investimentos estabelece forma de gerenciamento dos investimentos e desinvestimentos dos recursos financeiros do Instituto, sempre observadas a legislação vigente, principalmente na Resolução CMN nº 4.963/2021 e Portaria MTP nº 1.467/2022; elaborada anualmente com vigência de 01/01/2026 até 31/12/2026 e que poderá ser revista sempre que necessário; que a Política de Investimentos estabelece forma de gestão dos recursos, formas de investimentos e desinvestimentos, limites, meta de rentabilidade, responsabilidades de todos os envolvidos observados sempre a legislação vigente, baseando-se em análises prévia dos produtos disponíveis e enquadrados à legislação, seguindo os princípios da ética, boa-fé, lealdade, diligência e da transparência na gestão dos investimentos; que a gestão dos recursos adotada pelo Instituto é a “Gestão Própria”, ou seja, as decisões são do Comitê de Investimentos pautadas nas orientações, análises e pareceres da Consultoria Financeira e de acordo com a Política de Investimentos aprovada pelo Conselho de Administração; falou sobre as competências e responsabilidade dos envolvidos na gestão dos recursos (Diretor Presidente, Conselho de Administração, Comitê de Investimentos, Consultoria de Investimentos, e Gestores/Administradores/Distribuidores); que o índice de referência ficou sendo o IPCA e sobre a meta de rentabilidade, informou que a Consultoria já havia apresentado a forma de como é estabelecida a meta, que é baseada no passivo atuarial que ficou em 16,50 (Portaria divulgada pelo MPS) e que o Comitê junto com a Consultoria Financeira e Consultoria Atuarial, decidiu seguir a recomendação estabelecida no Relatório da Avaliação das Hipóteses Atuariais adotando a taxa de retorno esperada em 5,53%, e com isso a meta de rentabilidade composta do IPCA+5,53% de acordo com a expectativa de mercado deverá ficar em torno de 9,93% no acumulado de 2026. Em seguida passou a apresentar os limites de alocação e a estratégia alvo definidos pelo Comitê de Investimentos junto com a Consultoria de Investimentos, informando o percentual definido em cada um dos segmentos e os limites globais; esclareceu que a estratégia alvo leva em conta o cenário econômico interno e externo no momento da elaboração da Política de Investimentos e que não constitui um compromisso rígido de alocação, é apenas um parâmetro a ser seguido uma vez que o cenário econômico, o cenário político e demais fatores, influenciam na performance dos investimentos, necessitando ajustes durante o ano. Falou da seleção dos produtos e a estratégia de investimentos apontando os itens mais relevantes; que a seleção dos produtos é feita pela Diretoria e membros do Comitê de Investimentos e após a seleção passa pela avaliação do comitê com registro em ata; de como funciona essa seleção de ativos, o que é analisado e documentos prévios necessários antes da aplicação de recursos. Apresentou as estratégias de desinvestimento informando que para 2026, para fins de avaliação do desempenho dos fundos integrantes da carteira, com o objetivo de verificar a necessidade de eventuais desinvestimentos, será realizada semestralmente, uma análise comparativa dos fundos investidos, em relação aos seus benchmarks e produtos de características semelhantes disponíveis no mercado; que para os desinvestimentos de fundos com desempenho insatisfatórios comparado ao seu índice de referência e/ou fundos de mesma estratégia e quando se tratar de resgate de fundo negativo, serão realizadas

avaliações sobre a viabilidade de manutenção dos recursos, fundamentados em estudo técnico. Falou ainda do credenciamento das gestoras, administradoras, distribuidora, instituições financeiras e dos fundos; da gestão de risco e métricas de performance, especialmente da Volatilidade no limite anual de 1,00 e VaR 95% no limite anual de 1,70; do risco de crédito para ativos de crédito privado com classificação mínima “BBB”; do risco de liquidez com limite mínimo de liquidez para a carteira que deverá ser no mínimo de 20% do patrimônio com prazo até 90 dias. Em seguida falou do plano de contingência, especialmente os procedimentos a serem adotados para adequação da carteira de investimentos à legislação vigente e à Política de Investimentos, para casos de: descumprimento dos limites máximos de aplicação, da excessiva exposição a riscos ou potenciais perdas de recursos, e do descumprimento das métricas de risco (neste caso se ultrapassar os limites estabelecidos para a Volatilidade ou para o VaR). Informou ainda que, visando a política de transparência e governança, o Instituto divulga mensalmente o relatório de gestão dos investimentos e demais informações em seu site oficial, nos grupos dos conselhos e comitê de Investimentos. Por fim informou que a Política de Investimentos foi elaborada e planejada para orientar o gerenciamento dos ativos do TIMBOPREV durante o exercício de 2026, considerando as projeções micro e macroeconômicas para o período. As revisões podem ocorrer de forma extraordinárias, em especial aquelas derivadas da conjuntura do mercado ou de alterações na legislação, deverão ser justificadas, aprovadas e publicadas. Em seguida, aberta a palavra, ninguém se manifestou. Posto isso, a Política de Investimentos de 2026 foi aprovada, por unanimidade, pelos membros do Conselho de Administração do TIMBOPREV. **2) Assuntos Gerais:** a) ISP – Índice de Situação Previdenciária 2025 - Nota “B”: A sra. Carmelinde informou que o Instituto de Timbó (Médio Porte – Maior Maturidade – Perfil Atuarial III) manteve a nota do ano passado que foi nota “B”, que é uma excelente nota; que dentre os indicadores apenas o indicador de gestão foi nota “C” e o indicador de Suficiência (novo critério) foi nota “B” e os demais indicadores todos foram nota “A”; que a grande maioria dos institutos de Santa Catarina conseguiram a nota “B”; na Região AMVE – Blumenau “C”, Indaial, Timbó e Pomerode “B” e Brusque “A”, apresentando as planilhas com os indicadores e comparativos e que o material completo de divulgação está disponível no site do Ministério da Previdência Social. b) Lei Ordinária nº 3614, de 10/12/2025 – que aprovou o novo plano de amortização do déficit atuarial (misto com alíquotas suplementares e aportes); que a Lei será enviada ao Ministério da Previdência Social e passará por análise e posterior validação de acordo com os critérios da legislação federal. c) Licença maternidade contadora: a Sra. Carmelinde informou que em reunião com o Secretário da Fazenda e Administração e o Analista Contábil da Prefeitura, ficou combinado que o Sr. Rodrigo (Analista Contábil) irá substituir a contadora Greyce durante o período de afastamento. d) Concurso Público e Processo Seletivo: a Sra. Carmelinde informou que a Prefeitura está em fase inicial de estudo, pela Prefeitura, com levantamento dos cargos para realização de concurso público e processo seletivo, e posterior orçamentos dos valores junto as instituições; que o Timboprev também possui os cargos efetivos para concurso (uma vaga para Analista Jurídico e para os demais cargos, cadastro de reserva) e também processo seletivo para todos os cargos, para fins de planejamento, em caso de necessidade de contratação temporária para substituir algum servidor efetivo. Nada mais havendo a tratar, foi lavrada a presente ata que vai assinada pelos membros presentes e demais participantes. Timbó, 11/12/2025.

Romero Espíndola e Silva
Presidente

Giani Zaira Seidel
Membro

Chantelli Thayna Ritter Izeppi
Membro

Graciela Ines Uber Gomes
Membro

Alan E. Mengarda
Vice-Presidente

Carmelinde Brandt
Diretora Presidente Timboprev